

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PATRIMÔNIO

ICA 87-4

**GUARDA, MANUTENÇÃO, PROTEÇÃO
CONTRA INVASÃO E DEPREDACÃO DOS
IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DO
COMANDO DA AERONÁUTICA**

2011

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA**



PATRIMÔNIO

ICA 87-4

**GUARDA, MANUTENÇÃO, PROTEÇÃO
CONTRA INVASÃO E DEPREDÇÃO DOS
IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DO
COMANDO DA AERONÁUTICA**

2011



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 12/2EM, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Aprova a reedição da ICA 87-4 sobre Guarda, Manutenção, Proteção contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob a Responsabilidade do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos II e XIII, do ROCA 20-2 “Regulamento do COMGAP”, aprovado pela Portaria nº 643/GC3, de 8 de setembro de 2010, e considerando o que consta do Processo nº 67120.000501/2011-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 87-4 “Guarda, Manutenção, Proteção contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob a Responsabilidade do Comando da Aeronáutica”.

Art. 2º - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 003/DIRENG, de 10 de abril de 2001, publicada no Boletim Externo Ostensivo da DIRENG nº 002, de 10 de outubro de 2001.

Ten Brig Ar RICARDO MACHADO VIEIRA
Comandante-Geral de Apoio

(Publicada no BCA nº 085, de 5 de maio de 2011)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>COMPETÊNCIA</u>	9
1.3	<u>ABREVIATURAS</u>	9
1.4	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.5	<u>ÂMBITO</u>	10
2	ASPECTOS PATRIMONIAIS E JURÍDICOS	11
2.1	<u>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</u>	11
2.2	<u>FUNDAMENTOS JURÍDICOS</u>	11
3	PROCEDIMENTOS	12
3.1	<u>AMEAÇA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL</u>	12
3.2	<u>OCUPAÇÃO INDEVIDA IMEDIATA</u>	12
3.3	<u>OCUPAÇÃO INDEVIDA NOVA</u>	12
3.4	<u>OCUPAÇÃO INDEVIDA ANTIGA</u>	13
4	LEGISLAÇÃO APLICADA	14
4.1	<u>CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO</u>	14
4.2	<u>CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</u>	14
4.3	<u>LEI 4.947/66</u>	15
4.4	<u>DECRETO-LEI 9.760/46</u>	15
5	PROGRAMA ANUAL DE INSPEÇÕES	16
5.1	<u>INSPEÇÃO ANUAL REGULAR</u>	16
5.2	<u>ITENS DE INSPEÇÃO</u>	16
5.3	<u>RELATÓRIO DE INSPEÇÃO</u>	17
5.4	<u>INSPEÇÃO ESPECIAL</u>	17
5.5	<u>CALENDÁRIO DE INSPEÇÕES</u>	17
5.6	<u>EQUIPE DE INSPEÇÃO</u>	17
6	DISPOSIÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS	19
	Anexo A – Modelo do Relatório de Inspeção	20
	Anexo B – Calendário de Inspeções	22

PREFÁCIO

A necessidade da constante preservação do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER) levou a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), Órgão Central do Sistema de Patrimônio, a providenciar a revisão da presente Instrução em face da edição do Código Civil Brasileiro de 2002 (CCB/2002), visando à atualização e à adequação das medidas que deverão ser observadas pelos elos sistêmicos, objetivando a guarda, a manutenção, a proteção contra invasões e as depredações dos imóveis jurisdicionados pelo COMAER ou sob sua posse.

A reedição da ICA 87-4, de 10 ABR 2001, contém o Programa Anual de Inspeções de cada um dos sete COMAR (Anexo B), para acompanhar e assessorar os Elos do Sistema de Patrimônio (SISPAT) na solução de problemas patrimoniais relativos à guarda, manutenção, proteção contra invasão e depredação dos imóveis sob a responsabilidade do COMAER.

Cada uma das inspeções, regular ou especial, deverá resultar em um relatório padronizado, de acordo com o modelo constante nesta reedição, no qual será apresentada a situação patrimonial de todos os imóveis da área inspecionada, os problemas patrimoniais existentes, bem como as medidas que estejam sendo aplicadas ou aquelas que sejam recomendáveis para solucionar as pendências administrativas ou jurídicas.

Assim, a DIRENG pretende que a forma proposta para o acompanhamento dos problemas patrimoniais seja considerada pelos elos sistêmicos como uma medida que possibilitará prevenir o surgimento de novos processos e que auxiliará, sobremaneira, na solução dos atuais.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Orientar os responsáveis pela fiscalização e preservação dos imóveis sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER) quanto aos procedimentos a serem adotados, visando coibir ocupações indevidas, bem como definir o Programa Anual de Inspeções da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG) aos Elos do Sistema de Patrimônio (SISPAT).

1.2 COMPETÊNCIA

Compete à Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), por meio da Subdiretoria de Patrimônio (SDP), a ação normativa referente ao patrimônio imóvel da União, sob a jurisdição do COMAER, conforme estabelecido pela Portaria nº 787/GC3, de 11 NOV 2010 (BCA nº 213, de 18 NOV 2010).

1.3 ABREVIATURAS

Além das abreviaturas já consagradas no âmbito do COMAER e constantes do Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica – MCA 10-3, de 22 ABR 2003, são utilizadas nesta ICA 87-4, ainda, as seguintes:

AGU	Advocacia Geral da União
CCB	Código Civil Brasileiro
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMAR	Comando Aéreo Regional
CPC	Código de Processo Civil
DIRENG	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
OM	Organização Militar
RADA	Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1/2004)
RGI	Registro Geral de Imóveis
SDP	Subdiretoria de Patrimônio da DIRENG
SERPAT	Serviço Regional de Patrimônio do COMAR
SIGPIMA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica
SISPAT	Sistema de Patrimônio
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPU/UF	Superintendência Estadual do Patrimônio da União
UF	Unidade da Federação

1.4 CONCEITUAÇÕES

1.4.1 DOMÍNIO

É o direito, dentre outros, que faculta ao dono, senhorio ou proprietário de imóvel, o ato de protegê-lo contra qualquer ação de terceiros.

1.4.2 ELOS DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO

São as Divisões, Seções e Setores, em geral, de toda e qualquer organização do COMAER, que tenha como atribuição o zelo pelos imóveis sob a responsabilidade dessas OM, incluindo-se, ainda, os Setores correspondentes das EV e os Serviços Regionais de Patrimônio (SERPAT) sediados em cada COMAR.

1.4.3 ESBULHO

É o ato por meio do qual alguém é privado do seu direito e posse de quaisquer bens ou violentamente afastado de seu exercício.

1.4.4 LEGÍTIMA DEFESA

É a faculdade outorgada pela lei para defender a posse, em face de uma agressão injusta, atual e iminente.

1.4.5 OCUPAÇÃO INDEVIDA

É o ato pelo qual uma pessoa física ou jurídica, sem amparo legal, ocupa imóvel, sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, de forma efetiva, material e contínua.

1.4.6 POSSE

É o uso e o gozo do imóvel, em razão de sua ocupação.

1.4.7 POSSE DE BOA-FÉ

É aquela cujo possuidor lhe ignora o vício, ou não tem conhecimento da sua ilegitimidade.

1.4.8 POSSE DE MÁ-FÉ

É aquela cujo possuidor conhece a ilegitimidade da sua posse e nela, entretanto, se conserva.

1.4.9 TURBAÇÃO

É o fato impeditivo do livre uso da posse, ou que venha dificultar ou obstruir o seu exercício, bem como todo o ato que, em relação ao imóvel, é executado contra a vontade do possuidor.

1.5 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se aos elos do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica.

2 ASPECTOS PATRIMONIAIS E JURÍDICOS

2.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

É a caracterização imposta a um imóvel (terreno) cadastrado e que se enquadra em uma das situações abaixo:

- a) não legalizada – é aquela cuja proveniência do domínio, em ato jurídico, não está perfeita e acabada; o COMAER tem a posse, mas o título aquisitivo transcrito no Registro Geral de Imóveis (RGI) não está em nome da União, ou ainda não existe;
- b) legalizada - é aquela cujo título aquisitivo está transcrito no RGI em nome da União, faltando a entrega formal da SPU/UF ao COMAER;
- c) regularizada - é aquela cuja proveniência do domínio, em ato jurídico, está perfeita e acabada e sua entrega foi formalizada em Termo de Entrega expedido pela SPU/UF; e
- d) especial - é aquela que dispensa regularização por ser propriedade de outrem, isto é, não cabe a lavratura de Termo de Entrega pela SPU/UF; é cadastrado no SIGPIMA por ser utilizado por Organização do COMAER e exige documentação que legalize a ocupação.

2.2 FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A autoridade a quem cabe fiscalizar e preservar os imóveis sob a responsabilidade do COMAER é o Diretor/Comandante/Chefe da OM, que poderá defrontar-se com as seguintes situações:

- a) ameaça de ocupação dos imóveis (turbação); e
- b) ocupação indevida dos imóveis, com ou sem benfeitorias (esbulho).

No caso de ocupação indevida, há necessidade de se identificar qual das seguintes situações se apresenta:

- a) **ocupação indevida imediata** é aquela em que a ocupação ainda está em progresso ou se processando, permitindo o desforço possessório e a legítima defesa da posse;
- b) **ocupação indevida nova (posse nova)** é aquela em que, não podendo ser enquadrada na situação anterior, tenha ocorrido a menos de um ano e um dia, permitindo Ação de Reintegração de Posse com Medida Liminar; e
- c) **ocupação indevida antiga (posse velha)** é aquela que ocorreu há mais de um ano e um dia, requerendo Ação de Reintegração de Posse sem Medida Liminar.

3 PROCEDIMENTOS

3.1 AMEAÇA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL

Neste caso, devem ser adotadas todas as medidas preventivas necessárias à manutenção da posse pelo Diretor/Comandante/Chefe da OM, inclusive com vigilância constante e colocação (se for o caso) de cercas e placas indicativas da propriedade do imóvel.

Em casos extremos, pode-se recorrer à Justiça, por intermédio da Advocacia Geral da União (AGU), para instauração da competente Ação de Manutenção de Posse.

3.2 OCUPAÇÃO INDEVIDA IMEDIATA

Neste caso a lei faculta a pronta intervenção, removendo-se todos os vestígios da ocupação malograda.

Para tanto, o Diretor/Comandante/Chefe da OM pode usar da legítima defesa da posse por meio da reação imediata, prevista no art. nº 1.210 do Código Civil Brasileiro - CCB/2002, podendo fazer uso do BINFA da OM ou de BINFAE do COMAR.

Havendo impossibilidade da ação direta das autoridades do COMAER, por falta de meios no local, o responsável pelo imóvel deverá solicitar o auxílio da Polícia Civil, Militar ou Federal, como também da autoridade municipal para, juntamente com a autoridade solicitante, defender a posse.

Não obtendo êxito com o procedimento acima mencionado, poder-se-á recorrer à Justiça, por intermédio da AGU, para instauração da competente Ação de Reintegração de Posse.

3.3 OCUPAÇÃO INDEVIDA NOVA

Neste caso o Diretor/Comandante/Chefe da OM responsável pelo imóvel deve, de imediato, tomar as medidas descritas a seguir.

3.3.1 Tentar a remoção dos ocupantes do imóvel, por meio de acordo amigável.

3.3.2 Não sendo possível o acordo amigável, o responsável pelo imóvel, objetivando a instrução do processo judicial pertinente, deve providenciar o seguinte:

- a) oficiar aos ocupantes, objetivando sua imediata desocupação, exigindo recibo da referida comunicação ou a assinatura de duas testemunhas, no caso de recusa; tratando-se de analfabeto, providenciar a assinatura a rogo e de duas testemunhas;
- b) o cadastramento do imóvel, como se segue:
 - nome e qualificação do ocupante;
 - data da construção da benfeitoria;
 - tipo (descrição) de benfeitoria (barracão etc.);
 - localização em relação ao “tombo”, sempre que possível, e área construída;
 - utilização da benfeitoria;
 - ato permissivo da ocupação (se houver); e
 - títulos do imóvel (caso existam).

3.3.3 Após serem tomadas estas providências, o processo deve ser encaminhado ao COMAR da área, que solicita a promoção dos atos necessários à instrução da competente ação judicial à AGU.

3.3.4 A área ocupada deve ser fotografada e a fiscalização deve ser intensificada para impedir o surgimento de novas benfeitorias.

3.3.5 Para coibir o surgimento de novas ocupações, o COMAR deve determinar a cercadura e colocação de placas, de acordo com o Anexo C da Norma do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica (NSCA 87-1).

3.3.6 As benfeitorias abandonadas devem ser imediatamente destruídas.

3.3.7 É importante ressaltar que as medidas acima relacionadas, quando executadas dentro de um ano e um dia, facultam um procedimento judicial especial, mediante requerimento da AGU, para que seja impetrada a devida ação possessória, possibilitando ao juízo competente deferir mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse, sem ouvir o seu ocupante (art. nº 928 do Código de Processo Civil).

3.4 OCUPAÇÃO INDEVIDA ANTIGA

3.4.1 Neste caso, o procedimento é o mesmo que o previsto no item 3.3, observando-se que no âmbito judicial o rito é o ordinário, não possibilitando, ao juízo competente, deferir mandado liminar, cabendo então, audiência do ocupante, antes do mandado de manutenção ou de reintegração de posse, resultando num processo mais moroso.

3.4.2 Deve ser esclarecido que, na esfera judicial, as benfeitorias construídas em imóveis ocupados devem ser indenizadas na forma da legislação vigente, motivo pelo qual, quaisquer melhorias às benfeitorias já existentes devem ser sustadas, mediante comunicação oficial, onde devem ser apostas assinaturas de duas testemunhas locais, estipulando o prazo de 24 horas para a retirada do material, utilizado ou a ser utilizado.

4 LEGISLAÇÃO APLICADA

4.1 CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

O amparo legal para os procedimentos a serem adotados diante de ocupações indevidas de imóveis consta do CCB/2002, Parte Especial, Livro III “Do Direito das Coisas”, Título I “Da Posse”, do art. nº 1.196 ao art. nº 1.224, dentre os quais se destacam os seguintes:

4.1.1 Pelo art. nº 1.201, a posse é considerada de boa-fé, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

4.1.2 O Parágrafo Único do art. nº 1.201 estabelece que o possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção.

4.1.3 Pelo art. nº 1.202, a posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

4.1.4 Pelo Parágrafo Primeiro do art. nº 1.210, o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

4.1.5 Pelo art. nº 1.216, o possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

4.1.6 Pelo art. nº 1.218, o possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

4.1.7 Pelo art. nº 1.219, o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como quanto às voluptuárias, se lhe não forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

4.1.8 Pelo art. nº 1.220, ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.

4.1.9 Pelo art. nº 1.221, as benfeitorias compensam-se com os danos, e só obrigam ao ressarcimento se ao tempo da evicção ainda existirem.

4.1.10 Pelo art. nº 1.222, o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.

4.2 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Os procedimentos a serem adotados diante de ocupações indevidas de imóveis consta do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973), Livro IV “Dos Processos Especiais”, Capítulo V “Das Ações Possessórias”, Seção II, “Da Manutenção e da Reintegração de Posse”, do art. nº 926 ao art. nº 931, dentre os quais se destacam os seguintes:

4.2.1 Pelo art. nº 928, estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

4.2.2 No seu Parágrafo Único, menciona que contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

4.2.3 Pelo art. nº 929, julgada procedente a justificação, o juiz fará logo expedir mandado de manutenção ou de reintegração.

4.2.4 Pelo art. nº 930, concedido ou não o mandado liminar de manutenção ou de reintegração, o autor promoverá, nos 5 (cinco) dias subsequentes, a citação do réu para contestar a ação.

4.2.5 O seu Parágrafo Único, menciona que quando for ordenada a justificação prévia (art. nº 928), o prazo para contestar contar-se-á da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar.

4.3 LEI 4.947/66

A Lei nº 4.947/66 fixa normas de Direito Agrário e dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, da qual se destaca o artigo abaixo:

4.3.1 O art. nº 20 prevê pena de detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos para a invasão com intenção de ocupar terras da União, dos Estados e dos Municípios.

4.4 DECRETO-LEI 9.760/46

O Decreto-Lei nº 9.760/46 dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências, do qual se destacam os seguintes artigos:

4.4.1 Pelo art. nº 71 prevê que o ocupante de imóvel da União, sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo, ficando ainda sujeito ao disposto nos artigos 1.216, 1.218 e 1.220 do CCB/2002.

4.4.1.1 Embora utilize o vocábulo “despejado”, há na literatura o entendimento de que o legislador pretendeu se referir a “desapossado”, de forma a não se sujeitar o rito da ação possessória ao rito da ação de despejo de que trata a legislação processual civil.

4.4.2 Por seu Parágrafo Único, excetua-se dessa disposição os ocupantes de boa fé, com cultura efetiva e moradia habitual, e os com direitos assegurados por este Decreto-Lei.

4.4.3 Por seu art. nº 200, os bens imóveis da União, seja qual for a sua natureza, não são sujeitos ao usucapião.

5 PROGRAMA ANUAL DE INSPEÇÕES

5.1 INSPEÇÃO ANUAL REGULAR

As inspeções anuais regulares sistêmicas de patrimônio são realizadas pela DIRENG e pelos SERPAT, respectivamente Órgãos Central e Regionais do SISPAT, com o objetivo de acompanhar e assessorar os Elos do Sistema na solução de problemas patrimoniais relativos à guarda, manutenção, proteção contra invasão e depredação dos imóveis sob a responsabilidade do COMAER.

5.2 ITENS DE INSPEÇÃO

Dentre outros itens, devem ser verificados se:

5.2.1 Existem áreas, sob jurisdição da OM, que devem ser alienadas (art. 134 do RADA).

5.2.2 Os cadastros dos terrenos e das benfeitorias (Fichas modelos 2124 e 2125, respectivamente) estão atualizados (art. 35, inciso II do RADA e Itens 5.3 a 5.6 da NSCA 87-1/2010).

5.2.3 A cartografia da área, sob jurisdição da OM, está atualizada (art. 35, inciso III do RADA e alínea “b” do item 2.1 da NSCA 87-1/2010).

5.2.4 As especificações, plantas e desenhos referentes a cada benfeitoria do patrimônio imóvel estão arquivadas no setor de patrimônio (art. 35, inciso IV do RADA e NSCA 87-1/2010).

5.2.5 Nas plantas gerais da área sob jurisdição da OM estão identificadas todas as benfeitorias, com a respectiva numeração do cadastro (art. 35, inciso V do RADA e item 5.6 da NSCA 87-1/2010).

5.2.6 Nas plantas e nas edificações estão grafadas, em local visível, as numerações próprias da Força, denotando a posse (art. 35, inciso V do RADA e item 5.5 da NSCA 87-1/2010).

5.2.7 Existe ocupação irregular de próprios nacionais (item 6.10 da NSCA 87-1/2010).

5.2.8 Todo o perímetro da OM está delimitado, murado ou cercado e sob vigilância (item 2.1.6.3 da NSCA 87-1/2010).

5.2.9 Existe imóvel cuja situação patrimonial não esteja legalizada (item 1.4.74 da NSCA 87-1/2010).

5.2.10 Existe imóvel cuja situação patrimonial esteja legalizada, porém, não regularizada (item 1.4.74 da NSCA 87-1/2010);

5.2.11 A situação dos processos de legalização e regularização das áreas não legalizadas e legalizadas, respectivamente, estão sendo acompanhados junto à Delegacia de Patrimônio da União (item 1.4.74 da NSCA 87-1/2010).

5.2.12 Há invasões nas áreas sob jurisdição do COMAER e se foram alocadas as medidas necessárias para a reintegração de posse (item 6.10.14 da NSCA 87-1/2010).

5.2.13 Há áreas cedidas e sua situação atual (Capítulo 9 da NSCA 87-1/2010).

5.3 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

O resultado de cada inspeção deve ser materializado em um Relatório de Inspeção (ver Anexo A). Este relatório deve conter toda a situação dos imóveis da área inspecionada, bem como as medidas julgadas aplicáveis para solucionar as pendências patrimoniais administrativas ou jurídicas, indicando, também, as ações em curso. Uma cópia de cada relatório deve ser encaminhada ao COMGAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da inspeção.

5.4 INSPEÇÃO ESPECIAL

De acordo com as necessidades de cada COMAR, pode ser realizada mais de uma inspeção no mesmo exercício.

5.5 CALENDÁRIO DE INSPEÇÕES

As inspeções devem seguir o Calendário proposto no Anexo B

5.6 EQUIPE DE INSPEÇÃO

A equipe de inspeção deve ser composta, sempre que possível, por:

- a) Chefe da Divisão de Patrimônio Imobiliário da SDP ou oficial daquela Divisão que o substitua;
- b) 01 (um) engenheiro cartógrafo e/ou agrimensor; e
- c) 01 (um) advogado.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A presente Instrução entra em vigor na data de publicação da Portaria de aprovação.

6.2 Esta Instrução foi elaborada levando-se em consideração os dispositivos que anteriormente regulavam o assunto. A qualquer tempo poderá ser revista ou atualizada por proposta de Organização Militar (OM) interessada ou por iniciativa da DIRENG.

6.3 Os casos omissos e as dúvidas, que porventura surgirem na aplicação da presente Instrução, serão resolvidos pela DIRENG, Órgão Central do SISPAT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. *Norma do Sistema de Patrimônio do COMAER: NSCA 87-1*. [Rio de Janeiro], 2010.

_____. CRFB de 05 OUT 1988 - *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. Decreto-Lei nº 9.760, de 05 SET 1946 (alterado pelos Decretos-Leis nº 9.886/46 e 2.398/87, Leis nº 225/48, 2.185/54, 7.450/85, 9636/98 e 11.481/07). Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

_____. Lei nº 4.947/66, de 06 ABR 1966. Fixa normas de Direito Agrário e dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

_____. Lei nº 5.869, de 11 JAN 1973. Institui o Código de Processo Civil.

_____. Lei nº 10.406, de 10 JAN 2002 (alterada pelas Leis nº 10.677/03, 10.825/03, 10.838/04, 10.931/04, 11.107/05, 11.127/05, 11.280/06 e 11.127/05). Institui o Código Civil Brasileiro.

Anexo A – Modelo do Relatório de Inspeção**MINISTÉRIO DA DEFESA****COMANDO DA AERONÁUTICA****DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA****RELATÓRIO DE INSPEÇÃO****_____ COMAR****1 – INTRODUÇÃO**

Deve conter, no mínimo, a relação dos representantes das OM em inspeção, as considerações gerais do SERPAT e das OM, dentre outras.

2 – EQUIPE DE INSPEÇÃO

Deve conter a relação da equipe de inspeção da DIRENG.

3 – DESENVOLVIMENTO

Para os aspectos observados, serão elaboradas análises, propostas ações recomendadas e apresentadas orientações da DIRENG.

3.1 ASPECTO OBSERVADO 1

É o fato em si, sem análise, de forma mais reduzida possível.

É uma “causa” que gerará um possível “efeito” a ser comentado na análise.

Devem ser relacionados e numerados em ordem crescente, sejam eles negativos ou positivos.

3.1.1 ANÁLISE

É o fato produzido pelo aspecto observado.

Sobre cada aspecto observado, a equipe de inspeção deve efetuar uma análise, apresentando as possíveis causas de sua ocorrência.

3.1.2 AÇÕES RECOMENDADAS

A equipe de inspeção recomendará as ações julgadas pertinentes para a solução da deficiência analisada, especificando o quê, por quem e quando deve ser feito.

Devem ser usados termos claros e de significado direto, com verbos conjugados no imperativo.

3.1.3 ORIENTAÇÕES DA DIRENG

Este campo deverá ser preenchido com o parecer do Diretor de Engenharia.

3.2 ASPECTO OBSERVADO 2

3.2.1 ANÁLISE

3.2.2 AÇÕES RECOMENDADAS

3.2.3 ORIENTAÇÕES DA DIRENG

(E assim sucessivamente, até o último aspecto observado)

Anexo B – Calendário de Inspeções

COMAR	MÊS
I	Março
II	Abril
III	Maio
IV	Junho
V	Julho
VI	Agosto
VII	Setembro